



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às **09:00 horas do dia 13 de abril de 2017**, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, “**Pelo Maior Percentual de Desconto sobre os preços constantes das Tabelas de Preços dos Fabricantes**” regida pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Municipal nº 817/2009, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, destinado a Registro de Preços para o Fornecimento parcelado de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais, destinados à manutenção dos veículos integrantes da frota do Município de São José do Cerrito.

1. DO OBJETO:

Registro de Preços para o Fornecimento parcelado de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais, destinados à manutenção dos veículos integrantes da frota do Município de São José do Cerrito, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Sala de Licitações, à Rua Anacleto da Silva Ortiz, 127, Centro, São José do Cerrito-SC, ou através do site do município: www.cerrito.sc.gov.br

3. DO (S) PEDIDO (S) DE ESCLARECIMENTO (S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados à Secretaria de Administração aos cuidados do Presidente, devidamente protocolizados no setor competente, podendo, para efeito de desburocratização, serem transmitidos via fax/email, com a remessa do original via registro postal;

3.2. Outras informações pelo telefone: (49) 3242-1111.

4. DO (S) PRAZO (S) E LOCAL (IS):

4.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

4.2 De Entrega, parceladamente, em até de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento de cada solicitação de fornecimento expedida pelo Município de São José do Cerrito, pelo Setor de compras e Licitações localizada Anacleto da Silva Ortiz, 127, Centro, no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, ou no local constante da solicitação, que poderá ser um prestador de serviços automotivos, no Município de São José do Cerrito ou no Município de Lages;

4.3 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.3 Da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

5. DO (S) PAGAMENTO (S):

5.1. Será (ão) efetuado (s) em até 30 (trinta) dias da (s) entrega (s), à vista da (s) nota (s) fiscal (is) decorrente (s), acompanhadas da (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s);



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

5.2 O (s) pagamento (s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

6. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

6.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de Legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

6.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

6.3. Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa Registrada deverá comunicar o Município de São José do Cerrito a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido (s) pelo (s) fornecedor (es) /fabricante (s);

6.4 Caso o Município de São José do Cerrito já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa Registrada ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.5 O Município de São José do Cerrito terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

6.6. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a (s) entrega (s) do (s) pedido (s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município de São José do Cerrito;

6.7 A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

6.8. Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

7. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta deverá ser o mesmo da Ata de Registro de Preços, ou seja, de 12 (doze) meses.

8. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

8.1. As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do ano de 2017, conforme lei nº 989/2015.

8.2 Valor Total Estimado, Máximo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). A referida revisão foi realizada com base no valor da demanda durante o ano de 2015/2016, acrescidos de 25% (vinte e cinco por cento) a título de atualização dos valores.

9. DA PARTICIPAÇÃO:

9.1. Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

9.2. As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

9.2. Não poderão participar, Empresas que estejam sob processo de falência, ou concordata ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão autor da sanção ou responsável;

9.3 A participação na presente Licitação, enseja a aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seu (s) anexo (s).

10. DO CREDENCIAMENTO:

10.1. Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

10.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

10.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

10.4. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

10.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

10.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

10.7. Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mãos.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

12.1. Os envelopes: nº 01 – Proposta e nº 02 – Documentação de Habilitação, poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Anacleto da Silva Ortiz nº 127, Centro, São José do Cerrito, SC, até o dia e hora de abertura dos envelopes.

12.2. Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso, ficando cientes de que, em ocorrendo o atraso na entrega dos envelopes, estes não serão recebidos;

12.3. Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

13. DA SOBRESCRITÃO DO ENVELOPE Nº 01



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

Sr. Pregoeiro

Empresa: _____

Referente ao Edital de Pregão Presencial nº 011/2017

Abertura às 09:00 horas do dia 13 de abril de 2017.

Rua Anacleto da Silva Ortiz nº 127, Centro, CEP 88570-000, São José do Cerrito, SC.

PROPOSTA

14. DA PROPOSTA:

14.1. Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

14.2. Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

14.3. Conter a (s) assinatura (s), a (s) qual (is) deverá (ão) ser identificada (s) fazendo-se constar a qualificação do (s) signatário (s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente e/ou Procurador);

14.4. Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

14.5. Ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias;

14.5.1. Na hipótese de o prazo de validade estar omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias;

14.6. Conter o percentual único de desconto, expresso em algarismos numéricos e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, que incidirá sobre os preços constantes das Tabelas de Preços dos Fabricantes;

14.6.1. No percentual deverá estar incluído toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Edital.

14.7 O valor da peça/acessório/componente de reposição, será o resultado da redução do percentual de desconto aplicado no valor do produto, constante das Tabelas de Preços dos Fabricantes.

14.8. Estar **acompanhada:**

14.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do (s) preço (s) do (s) produto (s) licitado (s);

14.8.2 Da Declaração de que aceitam as condições impostas por este edital e que se submetem ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14.8.3 Da Declaração de que o (s) produto (s) a ser (em) entregue (s) ficará (ão) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

14.8.4 Da Declaração de que cumprem plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;

14.8.5 Da Declaração de que se enquadram **ou não**, na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

14.8.6 Da declaração de parentesco, conforma anexo VII.

15. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr. Pregoeiro

Empresa: _____

Referente ao Edital de Pregão Presencial nº 011/2017

Abertura às 09:00 horas do dia 13 de abril de 2017.

Rua Anacleto da Silva Ortiz nº 127, Centro, CEP 88570-000, São José do Cerrito, SC.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

HABILITAÇÃO

16. DA HABILITAÇÃO:

16.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

16.1.1 Cópia autenticada do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;

16.1.2 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida em 2013 pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

16.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

16.2.1 Cópia do CNPJ;

16.2.2 Cópia do Cadastro Municipal ou Estadual de Contribuintes;

16.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

16.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

16.2.5 Prova de Regularidade (Certidão Conjunta) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

16.2.6 Prova de Regularidade com FGTS;

16.2.7 Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.

16.2.8 Prova de Regularidade junto ao SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais e Serviços.

16.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3.1 Certidão negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há menos de 60 (sessenta) dias.

16.4 OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

16.4.1 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

16.4.2 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

NOTAS:

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferentemente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente, encadernados e rubricados pelo Licitante;
- **A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 20 minutos antes da data fatal definida para a entrega dos envelopes;**
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filiar, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pelo Pregoeiro para efeito de julgamento, independentemente da inscrição do CNPJ do Proponente;
- Caso os documentos solicitados no subitem 16.1.1 sejam apresentados no ato do credenciamento do Representante do Licitante, fica facultada a apresentação destes no envelope nº 02.

17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1. Será (ão) aberto (s) preliminarmente o (s) envelope (s) contendo a (s) Proposta (s) de Preço (s), que deverá (ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de maior desconto ofertado e aquelas que apresentem valores sucessivos e inferiores até o limite de 10%, relativamente à de maior desconto;

17.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o (s) autor (es) da (s) proposta (s) com melhor (es) desconto (s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance (s), qualquer que seja (m) seu (s) valor (es), para caracterizar o princípio da competitividade;

17.3. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior desconto, até a proclamação do vencedor;

17.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem descontos iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

17.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

17.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

17.7. Dos lances ofertados não caberão retratação;

17.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último desconto apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

17.9. Encerrada a fase de lance (s) oral (is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o maior desconto ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência a ME e EPP;

17.10. Se, a proposta com maior desconto cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com maior desconto cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta (s) apresentada (s) por ME ou EPP com valor igual ou inferior até 5% do maior desconto cotado, caracterizada (s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

17.11.1. Preliminarmente, selecionar-se-á a (s) proposta (s) aceita (s) de ME ou EPP, dispondo-a (s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

17.11.2. Para efeito do desempate de valor (es) cotado (s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor desconto cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

17.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e está a deliberar pela apresentação de novo lance com desconto superior ao maior, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em Subsequentes, encerrada a fase de competição;

17.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de novo lance com desconto superior ao maior, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

17.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou o melhor desconto/lance, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

17.12. Não havendo oferta de lance (s), serão verificadas a conformidade da proposta inicial de maior desconto e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

17.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de maior desconto não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance Subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seu(s) anexo(s);

17.14. Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço/menor desconto, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

17.15. Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas Subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

17.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

17.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

17.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

17.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

17.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos Representantes presentes na ocasião;

17.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, ficando intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

17.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços, via fax/email, com a remessa do original via Correio;

17.23. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o (s) autor (es) da (s) proposta (s) com melhor (es) desconto (s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance (s), qualquer que seja (m) seu (s) valor (es), para caracterizar o princípio da competitividade.

18. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

18.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

18.1.2. Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o **Maior Percentual de Desconto sobre os preços constantes das Tabelas de Preços dos Fabricantes**;

18.1.3 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

18.1.4. Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na (s) Proposta (s) de Preço (s) do (s) Licitante (s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

18.1.5. Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas, fica facultado ao Pregoeiro a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

19.1. Será (ão) inabilitado (s) o (s) Licitante (s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

19.2. À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a (s) falha (s) apontada (s);

19.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

19.4. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

19.5. Na hipótese de documento emitido via internet estar com a validade expirada ou, de xerox apresentada sem autenticação, fica facultado ao Pregoeiro, consultar sua regularidade via site, bem como, proceder a autenticação mediante apresentação da via original, durante a sessão;

19.6. Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

20. DO DIREITO AO RECURSO:



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

- 20.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;
- 20.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;
- 20.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;
- 20.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, acompanhado de cópia autenticadas do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, o qual será encaminhado ao Secretário de Administração, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;
- 20.5 O recurso administrativo encaminhada via fax/email, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e das cópias do documento de identidade do outorgado;
- 20.6 A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura;
- 20.7 O (s) recurso (s) e/ou impugnação (ões) precluso (s) e intempestivo (s) não será (ão) conhecido (s).

21. DAS OBRIGAÇÕES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADA (S):

- 21.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu (s) Anexo (s) e da Ata de Registro de Preços decorrente;
- 21.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;
- 21.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 21.4. Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;
- 21.5. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 21.6. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação das entregas, apresentando razões justificadas que serão objeto de apreciação do Órgão Gestor;
- 21.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer extravio de produto durante a execução da Ata de Registro de Preços, enquanto estiverem sob sua guarda;
- 21.8. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 21.9. Os produtos que não se enquadrarem nas especificações serão devolvidos à Empresa Registrada, ficando esta obrigada a substituí-los por produtos adequados, em conformidade com as especificações, no prazo máximo de 24 horas;
- 21.10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

- 21.11. Apresentar, sempre que solicitados, cópia das notas fiscais, bem como prestar contas e esclarecimentos sobre as peças, acessórios e componentes de reposição adquiridos, fornecendo toda e qualquer informação à fiscalização da Ata de Registro de Preços para acompanhamento da execução;
- 21.12. Manter estoque regular e permanente do objeto licitado, para aplicação imediata nos serviços rápidos;
- 21.13. Não transferir, total ou parcialmente, não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto desta licitação, sem anuência prévia do Órgão Gestor.

22. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR:

- 22.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 22.2. Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 22.3. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;
- 22.4. Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do (s) serviço (s), objeto deste Edital;
- 22.5. Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;
- 22.6. Efetuar os pedidos de fornecimento de peças e acessórios em conformidade com o catálogo de aplicação de peças fornecidas pelo distribuidor autorizado da marca;
- 22.7. Comunicar formalmente e imediatamente a Empresa Registrada, qualquer anormalidade no fornecimento, podendo suspender a entrega, caso não esteja de acordo com as exigências estabelecidas no Edital;
- 22.8. Devolver as peças e acessórios que estiverem fora de especificação e solicitar sua substituição ou cancelamento, se foro caso;
- 22.9. Verificar e atestar, ao receber a nota (s) fiscal (is) e a (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s), se os valores cobrados estão de acordo com o desconto efetuado registrado na Ata de Registro de Preços.

23. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de São José do Cerrito a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;
- 23.2 A existência de preços registrados não impede a Administração de, sempre que julgar conveniente e oportuno, na hipótese de existência de menor preço no mercado, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao compromissário fornecedor à preferência de fornecimento em igualdade de condições;
- 23.2.1 O direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o contratado, fornecedor de materiais, terá assegurado seu direito à contratação.
- 23.2.2. É vedada a aquisição de materiais por valor igual ou superior ao preço registrado, ressalvada a hipótese de esgotamento da capacidade de fornecimento do compromissário fornecedor.
- 23.3. Homologado o resultado do certame, o Município de São José do Cerrito convocará os



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

23.4 A aquisição dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de São José do Cerrito, através de Solicitação de Fornecimento;

23.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta;

23.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contração, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

23.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

23.8. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de São José do Cerrito promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

23.9. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de São José do Cerrito deverá:

23.9.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

23.9.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

23.10. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de São José do Cerrito poderá:

23.10.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

23.1.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

23.11. Não havendo êxito nas negociações, o Município de São José do Cerrito deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

23.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

23.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

23.12.2. Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.12.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

23.12.4. Tiver presentes razões de interesse público;

23.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

23.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

24. DO DIREITO DE RESERVA:

24.1 O Município de São José do Cerrito, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

24.2 Receber o (s) produto (s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

24.3 O (s) produto (s) que não for (em) de qualidade e/ou que não atender (em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu (s) anexo (s), após notificação, será (ão), prontamente colocado (s) à disposição do (s) fornecedor (es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art.76 da Lei de Licitações;

24.4 O Município de São José do Cerrito não se obriga a adquirir o (s) produto (s) cotado (s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

25. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

25.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

25.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

25.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, email, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

26.2 No interesse do Município de São José do Cerrito, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- c) filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;

27. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

28. ANEXOS CONFORME MODELOS

- a) **Anexo I** – Termo de Referência;
- b) **Anexo II** – Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
- c) **Anexo III** – Declaração de não possuir impedimento;
- d) **Anexo IV** – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- e) **Anexo V** – Declaração de inidoneidade;
- f) **Anexo VI** – Declaração que não possui menores;
- g) **Anexo VII** – Declaração de grau de parentesco
- f) **Anexo VIII** – Minuta de Contrato.

São José do Cerrito, 04 de abril de 2017.

Filipe Luiz Ceppo
Secretário de Administração



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

JUSTIFICATIVA:

Manter a frota de veículos do Município de São José do Cerrito em perfeitas condições de uso, nas melhores condições de tráfego, rendimento e segurança, cabendo à empresa especializada o fornecimento de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais.

MMM.FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS, ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS / PATRIMÔNIOS:

Nº	MODELO/FABRICANTE	ANO / MOD.	COMBUS.	PLACA	SECRET.
01	Carregadeira Clark 75	1975	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
04	Carregadeira Michigan 55 CI	1994	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
06	Motoniveladora HWB 155 S	1983	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
07	Motoniveladora HWB 165 S	1980	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
15	Trator MF 265	1990	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
19	Trator Ford 5030	1996	Diesel	SEM PLACA	AGRIC.
21	1113 Basculante / MB	1978/1984	Diesel	MAJ-1876	OBRAS
25	Caminhão Basculante F14000 / FORD	1990	Diesel	LZZ-6533	OBRAS
29	Ônibus / MB	1987	Diesel	LXD-1939	EDUC.
45	Caminhão Basculante 23.210/WV	2002	Diesel	MBP-7215	OBRAS
50	Ônibus 17.210 Neobus Mega/WV	2002	Diesel	MCW-0522	EDUC.
58	Ônibus Neobus Thunder/WV	1995	Diesel	MCE-5887	EDUC.
63	Saveiro / WV	2004	Total Flex	MEK-5952	AGRIC.
64	Microonibus Master Bus 16 Dci/Renau	2005	Diesel	MEO-0529	SAUDE.
65	Caminhão Basculante 1518/ MB	1989	Diesel	AGO-1203	OBRAS
66	Ônibus 1620/MB	1994	Diesel	KNG-0518	EDUC.
67	Ônibus 1620/MB	1994	Diesel	KNG-0538	EDUC.
68	Kombi/WV	1998/1999	Gasolina	MAD-9716	EDUC.
69	Gol/WV	2006	Total Flex	MDJ-7553	ADMIN.
70	Gol/WV	2003/2004	Gasolina	MCT-1628	EDUC.
73	S-10 Caminhonete Cab. Simples/ GM	2008	Diesel	MEC-9915	SAÚDE
74	Gol Special /WV	2002	Álcool	AKC-3455	EDUC.
75	Gol CL 1.6 MI/VW	1996	Gasolina	CHC-7652	EDUC.
78	Ônibus Scania K112 33S	1985	Diesel	BWN-8050	EDUC.
80	Kombi/ VW	2008	Total Flex	MFA-5325	SAUDE
81	Motoniveladora Case Mod. 845	2008	Diesel	MFH-3546	OBRAS



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

82	Fox/VW	2008/2009	Total Flex	MFZ-5269	SAÚDE
83	Gol G IV / VW	2008/2009	Total Flex	MGE-8329	SAUDE
86	Parati CL/WV	1993	Gasolina	ADR-5876	EDUC.
93	Caminhão 11.130/WV	1986	Diesel	MCR-1600	OBRAS
95	Kombi/WV	1995	Gasolina	LXG-2968	EDUC.
96	Caminhão 16.210/WV	1989	Diesel	LZE-5023	OBRAS
98	Gol Ecomotion G. IV/WV	2010/2011	Total Flex	MHF-4587	SAUDE
99	Gol G IV / VW	2010/2011	Total Flex	MHF-4687	SAÚDE
101	Micro City Class 70C16 /Iveco	2010	Diesel	MIE-1348	EDUC.
102	Ônibus 15,190 Eod E.S.Ore/WV	2010	Diesel	MIE-1368	EDUC.
103	Corsa Sedan/GM	2004	Gasolina	DNA-9060	EDUC.
104	Palio/FIAT	2003	Gasolina	ALK-4601	EDUC.
108	Marcopolo Volare V6 On / Micro-Ônibus/ Marcopolo Volare	2011	Diesel	MLX-0369	SOCIAL
109	Ambulância Samu	2006	Diesel	MEC-8077	SAÚDE
110	Trator Waltra	2010	Diesel	SEM PLACA	AGRIC.
111	Saveiro CS/WV	2012	Total Flex	MKC-2553	OBRAS
112	Retro Randon	2010	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
114	Gol G IV/WV	2012	Total Flex	MJW-3505	AGRIC.
115	Jumper Rontamb/ Renault	2012/2013	Diesel	MJZ-7495	SAMU
116	Ônibus 15.190 Eod E.S. Ore/WV	2012	Diesel	MKC-6825	EDUC.
117	Ônibus 15.190 Eod E.S. Ore/WV	2012	Diesel	MKC-6835	EDUC.
118	Retro Randon RD – 406	2010	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
119	Escavadeira Hidráulica Komatsu PC-13	2012	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
120	Máster Jaedi Tur/ Citrooen	2012	Diesel	MKC-5895	SAUDE
121	Ônibus 15.190 / Eod E.Hd Ore/ WV	2012	Diesel	MKV-8386	EDUC.
122	Ônibus 15.190 / Eod E.Hd Ore/ WV	2012	Diesel	MKV-8406	EDUC.
123	Micro Ônibus City Class/	2012	Diesel	MKW-7056	EDUC.
124	Ônibus Volare V8l 4x4 Eo/Marco Polo	2012	Diesel	MLF-9197	EDUC.
125	Trator MF4275 4X4	2013	Diesel	SEM PLACA	AGRIC.
126	Trator MF4275 4X4	2013	Diesel	SEM PLACA	AGRIC.
127	Bob Cat	2013	Diesel	SEM PLACA	AGRIC.
128	Retroescavadeira Caterpillar 3054	2013	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
129	Gol	2013/2014	Flex	MLT-9836	SAÚDE
130	Gol	2013/2014	Flex	MLT-9876	VIGILANCIA
131	Amarok	2013	Diesel	MLT-9916	GABINE
132	Gol	2013/2014	Flex	MLG-9438	ADMINIS
133	Gol	2013/2014	Flex	MLG-8568	EDUCAÇ
134	Corsa	2013/2014	Flex	MLV-1736	ASSIST.
135	Motoniveladora case	2014	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
136	Caminhão Vaculante	2014	Diesel	QHA-6824	OBRAS
137	Spin 1.8l MT LT	2014	Flex	MMM-4035	TUTELAR
138	Trator Mahindra	2014	Diesel	SEM PLACA	AGRIC
139	Spin GM 1.8 LTZ	2015/2016	Flex	QHG-4453	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
140	Sprinter MB	2014/2015	Diesel	QHJ-1745	SAÚDE
141	Retroescavadeira	2013	Diesel	SEM PLACA	OBRAS
142	Ônibus Agrale Busscar	2012/2012	Diesel	IWP - 1390	EDUCAÇÃO



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

143	Caminhão Basculante	2003/2004	Diesel	MCV-0847	OBRAS
144	Gol 1.0 Special MB	2015/2016	Flex	QHK - 9329	SAÚDE
145	Trator Tramontini 1680	2015/2016	Diesel	SEM PLACA	AGRIC
146	Ducato Fiat Maxicargo Mod. 20412	2016	Diesel	QIC-2865	SAÚDE
147	Master Renault Euro	2017	Diesel	QID-6488	SAÚDE
148	Gol TL MCV	2016/2017	Flex	QIG-9350	SOCIAL
6163	Trator MF 4275 4X4	2010	Diesel	SEM PLACA	AGRIC
5662	Trator New Holland TL 75	2005	Diesel	SEM PLACA	AGRIC
	Caçamba SDR – (comodato Estado)	1987	Diesel	LWS-1292	OBRAS
	Celta / GM – (comodato)	2003	Gasolina	MCN-1656	OBRAS
	Fiesta / FORD – (comodato)	2010	Flex Total	MIB 9876	AGRIC
	Implementos Agrícolas Arados			SEM PLACA	AGRIC
	Carretas				AGRIC
	Grades				AGRIC
	Enciladeiras				AGRIC
	Plantadeiras				AGRIC
	Subsolador				AGRIC
	Distribuidor de calcário				AGRIC

NOTA: A quantidade de veículos constante da relação acima poderá ser alterada em virtude de novas aquisições ou desfazimentos dos veículos existentes.

2. DESCRIÇÃO DAS PEÇAS E ACESSÓRIOS

2.1. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser originais e novos, e entregues com a embalagem original;

2.2. É vedado o fornecimento de peças não originais, usadas, recondicionadas, manufaturadas ou cujas marcas não sejam utilizadas pelas respectivas marcas dos veículos.

3. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS (PEÇAS E ACESSÓRIOS)

3.1 O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação, deverá ser feito de acordo com as necessidades do Órgão Gestor, devidamente autorizadas e na forma disposta abaixo:

3.2 Os produtos serão requisitados à medida que seja necessária sua reposição nos veículos da frota;

3.3 A solicitação será feita em qualquer tempo de acordo com a necessidade da unidade solicitante, dentro do prazo da Ata de Registro de Preços;

3.4 Visando o atendimento da forma de entrega, a Empresa Registrada deverá ter seu estabelecimento comercial instalado no Município de São José do Cerrito ou no Município de Lages;

4. DA GARANTIA

4.1 Todos os produtos deverão possuir garantia, referente a defeitos de fabricação, especificações, embalagem ou outros, por período mínimo de 03 (três) meses.

4.2 Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Empresa Registrada será comunicada e deverá providenciar a substituição do material em até 24 (vinte e quatro) horas.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

4.3 Os produtos que apresentarem defeito de fabricação, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, deverão ser substituídos, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data de comunicação feita pelo Órgão Gestor.

MODELO DE PROPOSTA:

ITEM	MARCA/MODELO	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) SOBRE O PREÇO MÁXIMO DA TABELA DO FABRICANTE
TODAS OS VEICULOS FROTA DO MUNICIPIO	TODOS OS VEICULOS FROTA DO MUNICIPIO	R\$ 250.000,00	%
VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 250.000,00 (Duzentos Cinquenta mil reais)			

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº ____/2016, do Município de São José do Cerrito. (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMPEDIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada, sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas e, que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

Cidade _____, __ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO VI

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI MENORES

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO

A empresa....., inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representado por....., portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, declara para os devidos fins não possuir parentesco até o 3º grau civil, afim ou consanguíneo, com qualquer servidor ou ocupante de função de confiança no (nome do órgão, instituição ou empresa).

Declaro, ainda, a veracidade das informações acima prestadas, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito em caso de falsidade.

Cidade _____, __ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do Representante Legal

Obs: Os parentes até o 3º grau civil, afim ou consanguíneo, são os seguintes: esposo(a), pai, mãe, filho(a) (adotivo inclusive), irmão(ã), avô(ó), neto(a), sobrinho(a), tio(a), bisneto(a), sogro(a), genro, nora, avós do(a) esposo(a), cunhado(a), concunhado(a), esposo(a) do(a) neto(a), tio(a) do(a) esposo(a), sobrinho da(o) esposa(o), esposo(a)aa(o) bisneta(o), esposo(a) do(a) primo(a) da esposa.



**ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PREGÃO
PRESENCIAL Nº 011/2017**

ÓRGÃO GESTOR: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.327/0001-39, com sede na Rua Anacleto da Silva Ortiz, 127 – Centro, São José do Cerrito, SC.

EMPRESA:, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na Rua, Bairro, em

O Município de São José do Cerrito, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pelo Secretário de Planejamento e Administração, XXXXXXXXXXXX, portador do CPF n.º, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa, neste ato representada pelo Sr., portador do CPF n.ºde ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório n.º/2017, correlato à Pregão Presencial n.º/2017, aberta em 2017 e homologada em, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

Registro de Preços para o Fornecimento parcelado de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais, destinados à manutenção dos veículos integrantes da frota do Município de São José do Cerrito, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO (S) PRAZO (S) E LOCAL (IS)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 De Entrega, , parceladamente, em até de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento de cada solicitação de fornecimento expedida pelo Município de São José do Cerrito, pelo Setor de compras e Licitações localizada Anacleto da Silva Ortiz, 127, Centro no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, ou no local constante da solicitação, que poderá ser um prestador de serviços automotivos, no Município de São José do Cerrito ou no Município de Lages

2.3 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO (S) DESCONTO (S)

O desconto fixo oferecido pela Empresa Registrada é de% (.....) e incidirá sobre as Tabelas de Preços dos Fabricantes de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição

CLÁUSULA QUARTA – DO (S) PAGAMENTO (S)

4.1. Será (ão) efetuado (s) em até 30 (trinta) dias da (s) entrega (s), à vista da (s) nota (s) fiscal (is) decorrente (s), acompanhadas da (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s);

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

5.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

5.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

5.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar o Município de São José do Cerrito a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

5.4 Caso o Município de São José do Cerrito já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.5 O Município de São José do Cerrito terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

5.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município de São José do Cerrito;



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

5.7 A Empresa obrigar-se-á realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

5.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do ano de 2017, conforme lei nº 989/2015.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

7.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu (s) Anexo (s) e da presente Ata de Registro de Preços decorrente;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

7.5 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.6 Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação das entregas, apresentando razões justificadas que serão objeto de apreciação do Órgão Gestor;

7.7 Responsabilizar-se por todo e qualquer extravio de produto durante a execução da Ata de Registro de Preços, enquanto estiverem sob sua guarda;

7.8 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

7.9 Os produtos que não se enquadrarem nas especificações serão devolvidos à Empresa Registrada, ficando esta obrigada a substituí-los por produtos adequados, em conformidade com as especificações, no prazo máximo de 24 horas;

7.10 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;

7.11 Apresentar, sempre que solicitados, cópia das notas fiscais, bem como prestar contas e esclarecimentos sobre as peças, acessórios e componentes de reposição adquiridos, fornecendo toda e qualquer informação à fiscalização da Ata de Registro de Preços para acompanhamento da execução;

7.12 Manter estoque regular e permanente do objeto licitado, para aplicação imediata nos serviços rápidos;

7.13 Não transferir, total ou parcialmente, não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto desta licitação, sem anuência prévia do Órgão Gestor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

- 8.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 8.2 Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;
- 8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital;
- 8.5 Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;
- 8.6 Efetuar os pedidos de fornecimento de peças e acessórios em conformidade com o catálogo de aplicação de peças fornecidas pelo distribuidor autorizado da marca;
- 22.7 Comunicar formalmente e imediatamente a Empresa Registrada, qualquer anormalidade no fornecimento, podendo suspender a entrega, caso não esteja de acordo com as exigências estabelecidas no Edital;
- 8.8 Devolver as peças e acessórios que estiverem fora de especificação e solicitar sua substituição ou cancelamento, se foro caso;
- 8.9 Verificar e atestar, ao receber a nota(s) fiscal(is) e a(s) cópia(s) da(s) página(s) da(s) Tabela(s) de Preços do Fabricante(s) da(s) peça(s), acessório(s) ou componente(s) de reposição entregue(s), se os valores cobrados estão de acordo com o desconto efetuado registrado na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de São José do Cerrito a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;
- 9.2 A existência de preços registrados não impede a Administração de, sempre que julgar conveniente e oportuno, na hipótese de existência de menor preço no mercado, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao compromissário fornecedor à preferência de fornecimento em igualdade de condições;
- 9.2.1 O direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o contratado, fornecedor de materiais, terá assegurado seu direito à contratação.
- 23.2.2 É vedada a aquisição de materiais por valor igual ou superior ao preço registrado, ressalvada a hipótese de esgotamento da capacidade de fornecimento do compromissário fornecedor.
- 9.3 Homologado o resultado do certame, o Município de São José do Cerrito convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;
- 9.4 A aquisição dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de São José do Cerrito, através de Solicitação de Fornecimento;
- 9.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta;
- 9.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;
- 9.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

9.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de São José do Cerrito promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

9.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de São José do Cerrito deverá:

9.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de São José do Cerrito poderá:

9.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

9.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.11 Não havendo êxito nas negociações, o Município de São José do Cerrito deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

9.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

9.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.12.2 Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.12.4 Tiver presentes razões de interesse público;

9.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

9.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1 Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

10.2 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art.76 da Lei de Licitações;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

13.1 O Município de São José do Cerrito, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 O Município de São José do Cerrito não se obriga a adquirir o(s) produto(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, pela Lei Municipal nº 817/2009, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

São José do Cerrito (SC), em de de 2017.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

Filipe Luiz Ceppo
Secretário de Administração

Empresa Registrada

Visto da Progem

Visto Licitação